

Expansão econômica preocupa

o governo

economia Brasil

por Celso Pinto
de São Paulo

O comércio paulista conseguiu aumentar suas vendas, de janeiro a julho, 60% acima da inflação, graças basicamente aos bens de consumo duráveis. As fábricas de automóveis, em julho, produziram e venderam tanto quanto o faziam durante o ano de ouro de 1980 e o início de 1981. As grandes montadoras ampliaram em um turno sua produção, e só a Volks contratou 4 mil novos funcionários.

Para bom número de economistas e boa parte do governo, estas são notícias preocupantes.

Duas coisas parecem claras neste recente surto de euforia na economia brasileira. Trata-se de uma expansão concentrada no setor de bens de consumo. E está sendo impulsionada, basicamente, por um vigoroso aumento nos salários reais.

A tendência de aumento nos salários reais não é tão recente. Desde o primeiro semestre o índice está crescendo e, em julho, chegou a um nível não igualado nos últimos dois anos. A causa é simples: desde o final do ano passado, tanto o governo quanto a iniciativa privada têm sido pródigos na concessão de aumentos salariais, quer através de recomposições de perdas passadas, quer pela generalização de aumentos trimestrais.

Também não é difícil identificar a razão destas pressões por aumentos reais, quando se consideram a transição democrática e o longo período de contenção dos salários. Sabia-se com tanta precisão que estas demandas viriam que se imaginou, ainda na gestão da candidatura Tancredo Neves, o "pacto social" como seu melhor antídoto.

A inesperada ascensão de José Sarney adiou o pacto, mas a área econômica de seu governo imaginou ter encontrado um similar na adoção

(Continua na página 5)

• Nacional

ESTRATÉGIA

Expansão econômica...

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

de um rígido controle de preços sobre a indústria. O rigor do governo ao não aceitar repasses de aumentos trimestrais sobre os preços serviria — e, de fato, serviu em alguns casos — como freio à prodigalidade empresarial em aceitar a trimestralidade. Esta face do controle, diga-se, foi saudada com igual entusiasmo no Ministério da Fazenda e na Secretaria do Planejamento.

Só que a rigidez da fiscalização dos preços, que funcionou, durante alguns meses, como congelamento e não apenas como controle, acabou contribuindo, decisivamente, para acelerar os salários reais. A brusca queda das taxas mensais de inflação, tanto quanto o congelamento de vários preços públicos básicos, funcionaram como alimentadores adicionais do poder aquisitivo dos assalariados.

Salários mais altos e maior nível de emprego são boas notícias, mas, se não vêm acompanhados de ganhos de produtividade, nem refletem um crescimento sustentável, podem criar problemas. Esta é a preocupação atual encontrável na Seplan, na Fazenda, no Palácio do Planalto e em certos setores empresariais.

A preocupação da Fazenda é mais antiga. Já em julho, quando o ministro Francisco Dornelles tentou fazer aprovar uma subestimação na correção da tabela do Imposto de Renda na fonte das pessoas físicas, sua intenção, explícita, era tanto aumentar os recursos da União quanto reduzir a demanda, que considerava exacerbada. Assessores diretos do ministro em Brasília, assim como economistas ligados a ele, como o presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Adroaldo Moura da Silva, vêm alertando, há algum tempo, para as pressões do salário real e o efeito perverso que poderão ter sobre a inflação e as exportações industriais.

A Seplan levou mais tempo para admitir que esta poderia ser uma área de tensão a curto prazo. Mas, a bem da verdade, o ministro João Sayad sempre esteve atento ao tema; tanto que aceitou remar contra a simpática corrente que pedía forte recomposição do valor real do salário mínimo em 1º de maio.

Sayad costuma dizer que a expansão econômica puxada pela demanda, via salários reais, tem fôlego curto e pode ser inflacionária. Ele está preocupado com a perspectiva de aumento de 350% na folha salarial do governo e tem transmitido aos empresários com quem tem conversado seu receio com as pressões trabalhistas no segundo semestre. A análise do assessor especial econômico do presidente Sarney, Luís Paulo Rosemberg, não é essencialmente diferente.

Estes próximos meses trazem um motivo adicional de preocupação. De um lado, a descompressão (previsível) dos controles de preços volta a jogar para cima o índice inflacionário. Isto deverá reduzir o salário real. Como, no entanto, este processo coinci-

dirá com demandas trabalhistas pesadas (comerciais, bancários, metalúrgicos de São Paulo), deverá significar, também, mais tensão.

Quase todos concordam com a análise, mas é muito mais difícil ouvir sugestões práticas razoáveis para lidar com o problema. Muito pouca gente, no País, acha que se o número de funcionários públicos fosse parcialmente enxugado haveria alguma perda real de eficiência ou qualidade. Poucos, contudo, têm coragem de dizer isto, e quase ninguém arrisca propor demissões. Há óbvios custos políticos, agravados pelo fato de a economia continuar a trabalhar muito longe do pleno emprego.

Na verdade, reclama-se do empreguismo público, tanto quanto se condena a penúria financeira do setor público, originada, em grande medida, pela explosão da dimensão e do custo do endividamento externo. Esquece-se de que, em ambos os casos, o setor público deteriorou sua situação, em parte para atenuar os problemas gerados pelo ajuste do setor privado.

Outra alternativa para lidar com pressões do salário real seria apertar a lei salarial. Esta parece, hoje, uma alternativa tão viável quanto a de vender a Amazônia para pagar a dívida externa.

A pressão pela trimestralidade, na realidade, não parece tão descabida quando se recorda que os aplicadores financeiros têm garantia de reajustes mensais de seus ganhos e os exportadores a segurança de ajustes diários. Apenas os salários continuam a dar sua parcela de contribuição, aceitando perder aceleradamente seu valor real ao longo de seis penosos meses. Também não soa razoável pedir sacrifícios adicionais aos trabalhadores, quando se aceita como razoável, ou inevitável, um salto nos juros reais.

A escalada dos salários reais pode pressionar, mas a existência de capacidade ociosa atenua seus efeitos inflacionários. A demanda está puxando o crescimento, mas nem todos admitem a idéia de que já estaria caracterizada uma inflação de demanda. De resto, o controle de preços pode reduzir a transmissão de pressões de custo sobre os preços.

Há uma movimentação geral em torno desta questão no governo central, em áreas políticas e empresariais. Os impulsos para esta agitação têm saído, ostensivamente, de Brasília.

A realidade, no entanto, é que, mesmo entre os assessores econômicos mais preocupados com o tema, existe certa resignação sobre o desfecho. Mudar a política salarial ou demitir em massa são alternativas inviáveis; implantar políticas de forte contenção da demanda ou detonar um "pacto social" de afogadilho parecem soluções irrealistas.

Resta assimilar o que parece a alguns inevitável: admitir uma ligeira mudança de patamar da inflação, para algo entre 10 a 12% ao mês, e tentar administrar este salto da forma menos traumática possível, através do controle de preços.